

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

ATA Nº 159 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito aos Deputados Benedito Pinto e Eliene que assumam a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS BENEDITO PINTO E ELIENE ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 15:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofício nº 070/98, do Coordenador Especial de Assessoramento e Operações de Defesa, em resposta ao Ofício encaminhado por esta Casa, indagando da Defesa Civil sobre um possível surto de Cólera em Vila Bela da Santíssima Trindade; Ofício nº 1.088, do Secretário-Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento nº 119/98, do Deputado Lincoln Saggin, que reivindica relação da Receita e Despesa do Estado, mês a mês, no período de janeiro a agosto de 1998; e Ofícios nºs 1.059, 1.060, 1.061 e 1.082, também do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados."

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos ao Grande Expediente.

Solicito ao Deputado Benedito Pinto que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:52 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, no Grande Expediente, o nobre Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de quarenta minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em reunião do Colégio de Líderes, na noite de ontem, nós estipulamos um calendário e a Oposição da Casa apresentou sugestões ao Líder do Governo, Deputado Ricarte de Freitas. Ficou definido o seguinte calendário de votação dos Projetos da Convocação Extraordinária: dia 06, essa Sessão agora das 16:00 horas, e outra às 20:00 horas; dia 07, vamos ter reunião da Comissão de Constituição e Justiça, às 16:00 horas, com a presença do Secretário de Administração, o Dr. Pedro Calmon Pepeu, para discutir a Mensagem n° 36, que dispõe sobre ajuda de custo, licença-prêmio por assiduidade, auxílio funeral, cargo em comissão, aposentadoria e dá outras providências. É uma matéria que interessa diretamente aos funcionários públicos.

Aproveitamos a oportunidade para convocar os funcionários públicos, o Fórum Sindical para participar também da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que será uma reunião aberta com as partes interessadas, como foi feita na semana passada quando se discutiu a Mensagem do DETRAN e do ICMS. Então, essa reunião da Comissão de Constituição e Justiça será amanhã às 16:00 horas, na Sala dos Deputados, para discutirmos a Mensagem n° 36/98.

Em seguida, nós teremos reunião dia 12 também na Comissão de Constituição e Justiça, às 15:00 horas, com a presença do Comandante da PM e do Secretário de Segurança Pública para discutir na Comissão com os Srs. Deputados e as partes interessadas a Mensagem n° 42/98, que trata especificamente da Polícia Militar.

No dia 13 nós teremos Sessão às 16:00 e às 20:00 horas, e também nos dias 14 e 15, para discutirmos essas matérias.

Esse calendário, Sr. Presidente, antecipa em apenas dois dias, do dia 17 para o dia 15, o encerramento das atividades parlamentares da 13ª Legislatura e obviamente da Convocação Extraordinária, porque a Casa precisa nesses próximos quinze dias preparar os gabinetes, pintar os gabinetes, arrumar a Casa para no dia 1º de fevereiro receber os novos Deputados e os Deputados reeleitos. Achamos que esse é o prazo necessário para se votar essas matérias.

Algumas matérias são polêmicas, como é o caso, por exemplo, da Mensagem n° 14/98 que trata dos precatórios. Essa é uma matéria para a qual carecemos ainda de algumas informações e, inclusive, nós estamos buscando essas informações junto ao Poder Judiciário.

A Oposição já deixou bem claro no Colégio de Líderes que nós não vamos votar aqui, porque se formos votar, vamos derrubar a Mensagem n° 34/98, que é a Mensagem da Previdência. Nós não podemos legislar ainda sobre a questão previdenciária, sendo que o Congresso Nacional ainda não legislou sobre o assunto.

Há informações que o Congresso volta com essa matéria, agora, a partir de fevereiro e, portanto, a Oposição aqui na Casa entende que nós só devemos voltar a esse assunto após ele ser votado pelo Congresso Nacional.

A Srª Serys Shlessarenko (FALA DE SUA BANCADA) - Foi retirada ontem.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Oficialmente, nós já comunicamos ao Líder do Governo para que ele faça o pedido de retirada dessa matéria, ou que a coloque em votação. E a Oposição nesta Casa, certamente, vai votar para derrubar essa matéria. É uma matéria que na Pauta de Convocação Extraordinária nós não temos acordo de votar.

Nós não podemos penalizar pensionistas e aposentados, nós não podemos falar da Lei Previdenciária antes do Congresso Nacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

Ora, o Imposto de Renda - eu não canso de repetir - já vem “comendo” parte do salário de quem ganha acima de mil e duzentos reais, entre 25% a 27%! Se nós votarmos esse Projeto como está aqui pedido pelo Governo estadual, nós alcançaríamos um patamar de 47% de retenção do salário.

Ora, uma conta matemática bem simples: se uma pessoa recebe três mil reais, ela deixaria, praticamente, mil e quinhentos reais retidos só na Previdência. Ela não tem nada a ver com isso! São aposentados e pensionistas que deram a vida pelo Estado, a vida pela União, pelo País e não tem culpa da Legislação agora... Aliás, vai ser discutido isso ainda no Supremo, porque lei nenhuma pode retroagir para prejudicar ninguém. Nós vamos ter que discutir esse aspecto da legalidade.

Então, são matérias importantes que estão tramitando aqui na Casa. Os trabalhos das Comissões Técnicas estão sendo feitos criteriosamente. Aqui quero louvar o Deputado Nico Baracat, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que tem levado para a Comissão todos os projetos para se discutir, abrindo, inclusive, essa discussão em nível governamental e não-governamental.

Eu estou passando esse calendário aqui, publicamente - a imprensa até já o publicou -, e reprisando esse assunto para que o Fórum Sindical, os funcionários públicos, os aposentados, os pensionistas, as pessoas interessadas no tema possam vir, aqui, discutir com os Deputados e não jogar o “abacaxi” só para as nossas costas! Nós esperamos que esses segmentos organizados estejam aqui para discutir essa matéria.

Então, nós fizemos esse calendário, exatamente, para dar tempo de uma maior e mais ampla discussão das matérias.

Eu estou vendo aqui um ofício do Deputado Nico Baracat e quero dizer que sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, por isso quero avisar a V. Ex^a que eu não aceito a discussão e nem convocação de nenhum Secretário para discutir a Mensagem n^o 34. Não tem acordo, Presidente! Não tem acordo!

Eu não estava presente na reunião, mas não tem acordo para votar a matéria n^o 34. V. Ex^a nem deve manter esse ofício aqui porque foi acordado, entre nós, que a Mensagem n^o 34 - nós comunicamos ao Governador quando fomos na casa dele, no final do ano - não pode ser objeto de discussão.

Eu não aceito isso aqui, Sr. Presidente da Comissão, Deputado Nico Baracat, se V. Ex^a mandar esse ofício, não tem a minha aprovação. E, se trouxer aqui o Secretário, para discutir essa matéria, eu vou convocar a Oposição para derrubarmos logo essa Mensagem n^o 34!

Ora, o Líder do Governo está brincando conosco aqui, Sr. Presidente! Essa matéria não tem acordo conosco!

Quer dizer, nós estamos aqui “abrindo as pernas para o Governo”, votando tudo que o Governo quer, tentando colaborar com o Governo, mas o Governo tem que nos respeitar!

Este ofício, aqui, eu devolvo ao Presidente. V. Ex^a não deve mandar! Não deve mandar! Não tem acordo para votar matéria penalizando aposentados e pensionistas!

É um absurdo que se faça isso depois que foi feito um acordo - como foi feito esse acordo de cavalheiros...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 17:02 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, isso nos irrita bastante pelo seguinte: quando nesta Casa se quer votar, fazer acerto quanto à tramitação de matéria, antecipação de matéria, isso é feito! Às vezes somos extremamente criticados por oposições. Até abrimos mão de certos posicionamentos para ajudarmos a Assembléia Legislativa a resolver os seus problemas, a resolver os problemas do Governo, como ocorreu na votação dos Projetos que por aqui passaram.

Mas, o que ocorre é que o Deputado Ricarte de Freitas está querendo brincar conosco. Fomos taxativos na reunião do Colégio de Líderes, ontem. V. Ex^a não se encontrava presente, mas a Deputada Serys Shessarenko e os outros Deputados fizeram-se presentes e são testemunhas de que nós nem tocamos no assunto da Mensagem n^o 34.

Aqui está um Requerimento do Deputado, feito a mão, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Isto aqui é querer brincar conosco! Isto eu não aceito. Se quiser trazer o Secretário para discutir essa matéria, obviamente não a discutiremos.

Eu, como Líder da Oposição na Casa, convoco a Oposição para derrubarmos essa matéria ou a não discuti-la. Ela estará fora da discussão.

A Sr^a Serys Shessarenko - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Pois não, Deputada.

A Sr^a Serys Shessarenko - Eu concordo totalmente com o posicionamento de V. Ex^a e gostaria de endossá-lo.

Eu acho que só temos duas alternativas: ou essa matéria é retirada de Pauta, Deputado Humberto Bosaipo, ou a Oposição terá que fazer um esforço para derrotá-la, porque, senão, corremos sérios riscos! V. Ex^a sabe muito bem do que eu estou falando. Tem determinados momentos em que a Oposição é maioria, mas perde. É só olhar aqui - hoje não dá porque tem muita cadeira vazia -, mas basta pegarmos a folha de presença para sabermos que a Oposição é maioria! Então, eu fico extremamente preocupada com isso.

Se essa discussão rolar mais um pouco, se deixarmos para o final da Convocação Extraordinária, para o penúltimo ou último dia da Convocação, o Governo convencerá - não sei com que "charme" - alguns membros da Oposição e nós acabaremos ficando como minoria, como já ficamos na Lei do ICMS, que V. Ex^a é testemunha e votou contra, também.

Então, com esse temor eu acredito que nós deveríamos colocar essa discussão como princípio de tudo aqui. Vamos votar, mas, em primeiro lugar, devemos perguntar: não quer retirar essa matéria, Governo? Não retira? Então, será a primeira a ser votada! Vamos colocar a Oposição aqui dentro, vamos derrotá-la e limpar isso da Pauta da Convocação Extraordinária.

Esta é a minha proposta. Que não se vote mais nada sem ter essa decisão, porque senão vai ficar para o final, e, no final, a coisa vai ser revertida e nós vamos acabar perdendo essa questão, que é extremamente grave e séria. Muito obrigada.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado.

O Sr. Nico Baracat - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Com prazer, nobre Deputado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

O Sr. Nico Baracat - Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi aqui, Deputado Humberto Bosaipo, um Requerimento feito pelo Deputado Ricarte de Freitas, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu informei ao Deputado Ricarte, Líder do Governo, que ontem havíamos discutido que a Mensagem nº 34 não seria objeto de discussão com a Oposição, porque já havia uma posição tomada. Mas, mesmo assim, a insistência foi tanta que nós estávamos em três membros na Comissão e, por minoria, nós fomos voto vencido.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Quais foram os membros da Comissão que estavam presentes, por gentileza?

O Sr. Nico Baracat - Eu, o Deputado Ricarte de Freitas e o Deputado Benedito Pinto.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Isso quer dizer que na votação nós perdemos com o voto contrário de V. Ex^a. O Deputado Benedito Pinto e o Deputado Ricarte de Freitas votaram a favor?

O Sr. Nico Baracat - Sim.

Foi solicitado que nós lavrássemos em Ata e que agora não se fizesse convite e sim convocação à equipe econômica do Governo para discutir essa matéria.

Eu fiz questão de ressaltar no ofício de encaminhamento, cujo teor é o seguinte:

“Levamos ao conhecimento de V. Ex^a que a Comissão de Constituição e Justiça, com o voto contrário do seu Presidente, decidiu convocar a Equipe Econômica do Governo para comparecer a esta Assembléia Legislativa no dia 12 de janeiro de 1999, às 16:00 horas, a fim de prestar, pessoalmente, esclarecimentos a respeito da Mensagem nº 34”.

É bom que se esclareça, Deputado Humberto Bosaipo, e demais Deputados, que isso foi discutido e com o voto vencido na Comissão. E isso, entendíamos nós, não era possível por causa da deliberação da Comissão, capitaneada por V. Ex^a, que definiu pela não aprovação dessa Mensagem.

Infelizmente, na reunião da Comissão, nós não tivemos como segurar a convocação. Era só, Deputado Humberto. Obrigado pelo aparte.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente...

O Sr. Emanuel Pinheiro - V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu já concederei o aparte, aos dois Srs. Deputados, com muita honra.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que a Oposição aceita votar a matéria hoje. Nós aceitamos colocar a Mensagem nº 34/98 para ser votada hoje. Nós aceitamos e fazemos, aqui, um apelo para que V. Ex^a...

Essa matéria está apta a ser votada nas Comissões, que ela seja votada, aqui, hoje.

Concedo o aparte ao Deputado Emanuel Pinheiro.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Serei breve, Deputado Humberto Bosaipo, já que V. Ex^a chegou ao ponto que eu gostaria de abordar nesse aparte.

Nós, da Oposição, devemos fechar questão, cerrar fileiras na votação da Mensagem nº 34/98, nesta tarde de hoje. Não se negocia direito do servidor público, direito do pai de família, ativo, inativo, pensionista, aposentado, porque, pelo que colocou V. Ex^a na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

Imprensa ontem, eu fiquei estarrecido em chegar à conclusão que quase 50% do já combalido salário do funcionalismo público estadual vai ficar para os descontos, metade para o Estado e metade para a União.

É um absurdo, Deputado Humberto Bosaipo, que isto esteja acontecendo! Nós temos aqui um momento decisivo para mostrar que a Oposição não mais irá tolerar esse tipo de jogada, de “negociata”, onde o Governo quer tapar os buracos de sua irresponsabilidade nas costas do funcionalismo público estadual.

Vamos dar um basta a esta pretensão criminosa do Governo Estadual. Vamos votar hoje a Mensagem nº 34/98, derrubando esta matéria e mostrando, não para o Governo do Estado, mas para o funcionalismo público estadual que aqui têm Deputados comprometidos com esse segmento importante da sociedade mato-grossense.

Eu quero parabenizar V. Ex^a pela postura. Não tem que vir Secretário, não tem que convocar ninguém, porque essa matéria penaliza o funcionalismo público do nosso Estado.

Muito obrigado, Deputado Humberto Bosaipo, e vamos derrubar essa matéria na tarde de hoje.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Humberto Bosaipo, V. Ex^a muito bem discorre sobre esse assunto.

Na Comissão de Constituição e Justiça, apreciando o Requerimento do Deputado Ricarte de Freitas, que convoca membros da equipe do Governo para prestar esclarecimentos sobre a matéria citada, que versa sobre os servidores, eu votei a favor da convocação por entender que a convocação dos Secretários e da equipe para explicar, nada impede e não vai interferir na minha posição de votar contra a matéria, como também na votação de todos os Deputados conscientes. Agora eu não poderia deixar de votar pela convocação porque eu estaria contra um princípio meu, como Parlamentar.

Portanto, a vinda dos Secretários, a convocação deles aqui - eu creio - em nada impede e, muito mais, enobrece, porque eles vão tentar explicar e a Oposição, que já tem uma opinião formada, vai decidir no voto.

Eu acho que se o Governo tentar colocar a matéria em votação, ele já vai entrar sabendo que a matéria será, sem dúvida, derrubada. Agora, votar contra o Requerimento do membro da Comissão para trazer a equipe para dar explicações eu jamais faria, porque entendo que em nada influencia, a favor ou contra, na opinião da Oposição, que já é formada, e que se a matéria for colocada para votação no período convocatório, vai ser derrubada.

Então, eu acompanho a Oposição por fazer parte dela, mas não posso também deixar de dar a oportunidade para que a equipe econômica venha aqui, explique e tire qualquer dúvida.

Era essa a parte que eu gostaria que V. Ex^a levasse em consideração.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, Deputado, e compreendo a postura democrática de V. Ex^a, que não poderia ser de outra forma, até porque o Deputado Benedito Pinto é um dos Deputados que tem personalidade formada forte, e é um companheiro sobre o qual não temos dúvidas que nos acompanha na votação desse Projeto.

Ocorre, Deputado, que a presença...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

O Sr. Eliene - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Eu pediria, Sr. Presidente, em função da discussão, que a Sessão fosse suspensa por dez minutos para tentarmos o entendimento, se colocamos ou não em votação a Mensagem nº 34/98.

O SR. PRESIDENTE - Deferido o pedido do Deputado Eliene.

Está suspensa a Sessão por dez minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 17:14 HORAS E REABERTA ÀS 17:28 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão.

Continua com a palavra o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu solicito à Mesa a informação de quanto tempo me resta.

O SR. PRESIDENTE - Quinze minutos, Deputado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, na condição de Líder da Oposição nesta Casa, a nossa posição está firmada e passamos o restante do nosso tempo ao ilustre Deputado do PMDB, Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Agradeço ao Deputado Humberto Bosaipo pelo tempo cedido.

Apenas para continuar no mesmo tema, Sr. Presidente.

Era só uma questão previdenciária que aterrissou nesta Casa neste final de ano, no período de Natal e Ano Novo, a Mensagem nº 34, propondo a criação de um desconto novo para os inativos da Previdência Pública do Estado de Mato Grosso.

Desde que foi criado o Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso- IPEMAT, pelo menos, há mais de vinte anos, ou talvez há mais de trinta anos, o IPEMAT nunca descontou nada daqueles que, ao longo de toda as suas vidas, contribuíram regularmente, religiosamente, legalmente, para o Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso. Inclusive este que aqui fala é um dos contribuintes há oito anos.

O IPEMAT, todos nós sabemos, está falido, desmontado, igualmente os institutos de previdências públicas dos Estados irmãos, igualmente o Instituto Nacional de Previdência Social. Porque de uma década para cá, Sr. Presidente, o capital internacional, aliado a alguns setores do capital nacional, descobriu que a Previdência é um mercado extraordinário para se ganhar dinheiro. E definiu uma estratégia para abocanhar essa fatia, num País que tem cento e oitenta milhões de habitantes e que possui uma das maiores médias de natalidade do Planeta - a oitava economia do planeta. Interessantíssimo abocanhar essa fatia do mercado!

Com a proposta neoliberal do afastamento do Estado de setores da economia, esses grupos de interesse na Previdência inicialmente deram o primeiro passo com a campanha de desmoralização da Previdência Pública Nacional e das Previdências Públicas dos Estados. Orquestrados com setores da imprensa, divulgaram fartamente em horários nobres, em veículos privilegiados, escândalos relativos à Previdência. Escândalos que nós não defendemos, mas que nós achamos que sempre existiram e que devem ser investigados e punidos. Mas, desta década para cá, eles passaram a ter um volume na imprensa como jamais tiveram, porque faz parte de um programa pensado, planejado no exterior para tomar a Previdência Pública neste país. E, ao longo das décadas de 80 e 90, nós assistimos no Jornal

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

Nacional, nas revistas semanais, na grande mídia nacional, a uma campanha muito bem urdida para desmoralizar a Previdência Pública. E conseguiram, Sr. Presidente, e isso disseminou-se também para os Estados.

Hoje, nós vemos no Brasil previdência privada do Banco tal, previdência privada da instituição financeira A, B, C, D, Y, Z, são “n” propostas na área privada e o Congresso, pressionado pela mídia e pela opinião pública também, conduzida, acaba de aprovar um absurdo, de que só pode se aposentar pela Previdência Pública com o teto máximo de 1.200 reais. Ninguém que ganha mais - por exemplo, um procurador de estado, um médico, um professor com vários quinquênios, com mestrado, com doutorado, um técnico - ninguém mais pode aposentar-se com um rendimento superior a 1.200 reais.

Quem exceder esse montante, Deputado Novelli, tem que fazer a complementação num instituto de previdência particular, com rédeas soltas, porque o poder neste País, que foi constituído para garantir os direitos do cidadão, para defender a Pátria, para defender a sociedade não teve a visão correta de que estava sendo vítima de um plano estrategicamente montado, para repassar para a iniciativa privada uma das coisas mais sagradas de qualquer trabalhador, de qualquer ser humano que viva nesta terra, que é o direito sacro de se aposentar dignamente, de ter condições financeiras, sustentar-se para o resto dos dias mais difíceis que Deus lhe permitir viver nesta terra.

Todos nós, quando a idade começa a chegar, começamos a nos preocupar com a nossa seguridade, com a nossa aposentadoria, com a nossa pensão, sejam os trabalhadores mais humildes, sejam os mais abastados, e até os empresários pensam e pagam.

E, hoje, eu quero apresentar aqui um Requerimento para pôr um ponto final a essa discussão na Casa, porque já está se alongando muito, Sr. Presidente.

Os 24 Srs. Deputados e Deputadas, eleitos em 1994, já têm conhecimento desta matéria que tramita aqui há várias semanas; já têm opinião formada porque já ouviram seus parentes, assessores, a mídia, já sintonizaram com a população e já sabem como vão votar.

O Deputado Wilson Santos vai votar contra esta matéria aqui, seja hoje à noite, de madrugada, de manhã cedo, meio-dia, antes do almoço, não me interessa a hora, o meu voto vai ser contrário à Mensagem nº 34/98. E, não tem ninguém que faça mudar o meu pensamento, porque eu sou convicto dessa idéia, de que isto aqui não pode acontecer por algumas razões:

Primeiro: matéria previdenciária é de competência privativa da União. Os estados, distritos e municípios devem legislar sobre ela de maneira complementar e suplementar.

E, se, hoje, o Congresso Nacional volta a debater, Deputada Serys Slhessarenko, essa questão, é porque o Congresso Nacional não definiu a nova lei da Previdência Pública para o País.

A Medida Provisória do Presidente, ele que mais usou Medida Provisória na História do Brasil, que usou mais do que Costa e Silva, mais do que Geisel, mais do que João Figueiredo, mais do que Castelo Branco... Nenhum militar, nem Getúlio Vargas na Ditadura de 37 a 45, jamais ousou interferir e anular o Congresso Nacional como o Presidente do PSDB, Fernando Henrique Cardoso vem fazendo. Vem legislando em causa própria, vem submetendo o Congresso aos seus caprichos pessoais, aos interesses internacionais, porque ele não tem coragem de peitá-los, de buscar uma renegociação da dívida externa. Esse é o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

Presidente que governa o País! Que chama os trabalhadores de vagabundos! E que se aposentou com apenas 37 anos de idade! E que quer impor, hoje, à Nação, aos trabalhadores que custearam a Previdência a vida inteira, um desconto de 11% ou 11% mais 9% para os que recebem acima de mil e duzentos reais.

Nós não podemos nos calar, Sr. Presidente, nós não podemos deixar que esta barbárie tenha início em Mato Grosso, nem mesmo que aqui em Mato Grosso seja aprovada a primeira lei dessa natureza, para servir de espelho aos outros 27 Estados. Não vamos fazer desta Casa uma escada para conseguir mais novos empréstimos, não. Não vamos fazer deste Parlamento mais uma cobaia para mostrar serviço em Brasília, não. Quer mostrar serviço? Não é por aí.

Não é por aí, não, Sr. Governador. O que o Senhor quer nós sabemos. É que esta Casa seja a primeira Assembléia Estadual a aprovar uma lei nos moldes e nos parâmetros que o Sr. Presidente quer, para que ele possa chegar e dizer: “eu consegui, eu fiz”. Como disse: “eu fui o primeiro a renegociar a dívida dos Estados”.

Hoje, nós sabemos que Mato Grosso é o Estado que pior renegociou as dívidas, que paga as maiores alíquotas!

Além do mais, já quer sair na frente com a Reforma Tributária! Está lá o Congresso convocado extraordinariamente para fazer a Reforma Tributária, e aqui já aprovou-se o aumento da alíquota do ICMS para energia elétrica.

O pobre que não pagava nada de ICMS vai passar a pagar 30%. Os 30% são direto, porque, por dentro, imposto sobre imposto são 42% de aumento na alíquota. Quem pagava 5% de alíquota de ICMS passou para 30%, num aumento equivalente a 800%, oito vezes mais, porque vai chegar a 42%.

Uma barbárie o que se fez aqui, na semana passada, a Reforma Tributária Estadual! Uma reforma que sobrou no “lombo” do povo, uma reforma que vai ser paga pelo povo. Que o povo vai pagar a conta! Um povo que - nós sabemos - faz fila, nesta Casa, todo dia, pedindo ajuda para cesta básica, para matricular o seu filho e que vive um momento difícilíssimo da sua história.

Sr. Presidente, com assinatura de oito colegas Deputados, nós queremos apresentar, aqui, um Requerimento, solicitando a tramitação imediata, conforme disposto no Art. 379, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, e nos termos do Art. 271, alínea “c”, deste mesmo Regimento, para que seja concedido regime de urgência urgentíssima para tramitação da Mensagem nº 34/98. Identificamos no pé deste Requerimento as assinaturas da Deputada Serys Slhessarenko, Deputado Wilson Santos, Deputado Nico Baracat, Deputado Batico de Barros, Deputado José Lacerda, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Emanuel Pinheiro e Deputado Lincoln Saggin, perfazendo um total de oito assinaturas, Sr. Presidente, todos presentes aqui. Não podemos dizer o mesmo no tocante à Bancada do PSDB, que exceto o Deputado Novelli, com presença constante nesta Casa, de V. Ex^a e do Deputado Eliene, cadê os outros? Cadê os outros da Bancada Governista? Onde estão? Não estão aqui, não estão interessados, e eu não vou fazer papel de bobo aqui.

Estive na reunião do Colegiado de Líderes, ontem, mesmo sem ser Líder, e nós definimos um calendário de Sessões. São nove Sessões e duas reuniões com o Secretário Pepeu e com o Comando da Segurança Pública do Estado. A Oposição vai estar presente em todas. Mas, não aceitamos que o Líder não tenha comparecido aqui, que o Sr. Governador não tenha colocado nessas cadeiras os seus Deputados para votar a favor.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

Por isso, esses oito Srs. Deputados apresentam oficialmente, legalmente, à Mesa este Requerimento para que essa matéria possa tramitar agora. Que seja selada a sorte dos aposentados e pensionistas agora. Se tiverem que pagar, então que comecem a pagar logo. Mas, se tiverem que ser isentados, mais uma vez, pelos Parlamentares, que sejam a partir de agora, Sr. Presidente.

Apresento este Requerimento, passando-o às mãos do Consultor Técnico-Jurídico da Mesa, Dr. Francisco Monteiro.

Ao encerrarmos a nossa fala, concedida pelo nobre Deputado Humberto Bosaipo...

O Sr. Pedro Satélite - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WILSON SANTOS - Com todo o prazer.

O Sr. Pedro Satélite - Eu faço questão de assinar esse Requerimento.

O SR. WILSON SANTOS - Então, passaremos a ter a nona assinatura, a do Deputado Pedro Satélite, prevalecendo cinco Srs. Deputados do PMDB, ou seja, 100%.

Nós vamos para a votação dessa matéria agora. Se a Bancada Governista não apareceu, recebeu o *jetton* e não veio trabalhar, a culpa não é nossa. Nós vamos votá-la e vamos derrotá-la, dando ao povo trabalhador de Mato Grosso um sinal claro de que a Assembléia Legislativa está sintonizada, neste momento, com os interesses de aposentados e pensionistas que estão figurados no IPEMAT.

Sr. Presidente, eu quero encerrar a minha fala dizendo que o Governador do Estado de Mato Grosso, que legitimamente foi reeleito pelo povo desse Estado - e nós devemos respeitar a decisão do povo -, deveria acompanhar a decisão do Governador de Minas Gerais, ex-Presidente Itamar Franco. Itamar Franco, ao ser eleito no segundo turno, bem depois do Governador de Mato Grosso, dedicou-se a estudar as finanças de Minas Gerais. E conseguiu constatar que Minas deve dezoito bilhões e quinhentos milhões de reais e que a negociação do ex-Governador do PSDB, Eduardo Azeredo, com o Presidente do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, foi maléfica para Minas e que Minas não tem suporte para pagar e que não vai pagar essa dívida. Então, decretou, no dia 1º de janeiro, após empossar o seu Secretariado, a moratória junto ao Governo Federal, num ato de coragem, de civismo e em respeito ao povo de Minas Gerais...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos ao orador que o seu tempo está esgotado.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Transferimos o nosso tempo para o Deputado Wilson Santos e vamos pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE - Informamos ao Deputado Wilson Santos que dispõe de 15 minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. WILSON SANTOS - Com todo prazer, Deputada Serys. Gostaria de agradecer a gentileza e este salvo-conduto, em boa hora, para que pudéssemos concatenar as idéias e encerrar o nosso pronunciamento. Com todo prazer, Deputada Serys, eu concedo o aparte a V. Ex^a.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Deputado Wilson Santos, são nesses momentos decisivos de matérias extremamente polêmicas como essa que nós podemos mostrar à sociedade o nosso papel, a nossa função, o nosso desempenho.

Eu digo sempre que o Deputado, ao ser eleito, assume um papel, recebe uma procuração fornecida por milhares de eleitores que, num só dia, vão às urnas e elegem determinadas pessoas para virem aqui, para dentro, defender seus interesses, suas necessidades, suas aspirações, etc. E no momento que essa mesma população vê os seus direitos ameaçados, é o momento dela contar, realmente, com esses que ela elegeu, para que estejam aqui defendendo os seus direitos.

Nós temos poder! Nós somos o Poder! O Parlamento é um Poder! Está aí a Lei para ser votada. Num segundo, o Presidente poderá dizer: “permaneçam como estão”, e, se a maioria permanecer, irá realmente trazer um transtorno violentíssimo à vida dos aposentados, dos pensionistas e dos trabalhadores da ativa.

Os trabalhadores da ativa estão há cinco anos sem reajuste salarial. Está aí claramente colocado que não terão reajuste no próximo ano, e, se vier o aumento da alíquota da Previdência para o pessoal da ativa, para os trabalhadores da ativa, eles terão, sim, redução dos seus salários. Alguns poderão chegar até 12% de redução dos seus salários. E os aposentados e pensionistas! Nem vamos falar nesse assunto, porque eu só tenho três minutos e já está esgotando o meu prazo.

É o absurdo dos absurdos! É uma barbárie! É o Sr. Dante de Oliveira querendo ser mais realista do que o rei! Aquilo que o FMI e o Banco Mundial estão mandando o Sr. Fernando Henrique fazer, e ele não está dando conta de fazer, Dante de Oliveira quer fazer primeiro para mostrar que é o aluno, o bom discípulo de Fernando Henrique e o grande traidor do povo de Mato Grosso.

E é essa traição, Srs. Deputados, que não podemos permitir. E não tem essa história de líder do Governo presente ou ausente. Nós somos maioria, a matéria está tramitando em regime de urgência urgentíssima, e vamos colocar essa maioria aqui dentro e derrotar logo esse Projeto, vamos acabar com essa conversa, porque o povo de Mato Grosso não pode mais ficar dormindo com esse desassossego, enquanto se passa uma noite após outra.

Então, Deputado Wilson Santos, endosso o discurso de V. Ex^a. Sou favorável que se vote já, que se acabe com essa novela já, e que se mostre a Dante Oliveira que isto aqui é um Poder. É um Poder de cabeça erguida. É um Poder que tem poder para barrar os desmandos que ele está cometendo. Muito obrigada.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Deputada Serys Slhessarenko.

No mês de dezembro, Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores se dividiu numa posição interessante: foi convidado, em São Paulo, a participar do Governo Mário Covas e foi convidado, em Minas Gerais, a participar do Governo Itamar Franco. E, após um processo dialético, profundo, o PT Nacional entendeu que não deveria participar do Governo do PSDB em São Paulo, apesar de ter tido uma posição decisiva na vitória de Mário Covas no segundo turno. O PT sabia e sabe que há uma diferença enorme entre o PSDB, de Mário Covas, e Itamar Franco em Minas Gerais.

Eu tenho certeza, Deputada Serys Slhessarenko, que a decisão do Governador Itamar Franco teve o apoio invicto do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, que compõe

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

lá o Governo com o PMDB. Itamar tem um perfil nacionalista. Itamar é honesto, honrado, corajoso.

Está enfrentando, Sr. Presidente, para abrir um canal de negociação para que todos os Estados, inclusive os governados pelo PSDB, tenham direito a uma renegociação transparente e dentro da capacidade de suporte que cada Estado possui.

O Estado de Mato Grosso paga hoje, Deputada Serys Slhessarenko, 22% de todas as riquezas que produz a título de dívida com a União. Mas que dívidas são essas, impagáveis, intermináveis?

E o PROMAT? Após a divisão do Estado, o Governo asfaltou estradas federais, como a BR-163 até Sinop, com dinheiro estadual de empréstimo internacional, que nós pagamos a juros caríssimos! Esse encontro de contas nunca foi feito, por quê? Porque não há relação na mesma altura, de olho a olho, mas há uma relação de vassalo para suserano, de suserano para vassalo, de superior para inferior, de patrão para empregado, do Presidente com o Governador do Estado.

Essa é uma relação tímida. Essa é a relação humilhante que o Governo faz em Brasília em troca de meia dúzia de empréstimos, curva-se aos interesses e se prontifica a ser “o menino que abre as porteiras” para FHC impor os seus projetos de cunho internacional neste País. Foi assim na renegociação da dívida do Estado, foi assim na liquidação do Banco do Estado, foi assim na venda da CEMAT, que teve o menor ágio na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e está sendo assim na Reforma Tributária.

E agora também está sendo assim, Sr. Presidente, na questão da Previdência.

Eu enumerei seis causas aqui que demonstram que o Governador do Estado de Mato Grosso tem se comportado como o menino da porteira da música do grande compositor e cantor Sérgio Reis, “O Menino da Porteira”. Fica “abrindo as porteiras” para que os projetos neoliberais do capital internacional se consolidem. Abre para liquidar o BEMAT, com um prejuízo de quase 300 milhões para o Estado. Abriu para vender a CEMAT e ninguém sabe para onde foi o dinheiro. Pelo contrário, sumiu o dinheiro e agora vem com essa palhaçada de aumentar alíquota sobre energia elétrica, de um setor que já está privatizado.

E, se não tivéssemos apresentado nesta Casa o Projeto de criação da agência estadual fiscalizadora e reguladora dos serviços privatizados, ele jamais ousaria criar um mecanismo para controlar as empresas que foram privatizadas!

Sr. Presidente, o episódio da Previdência estadual é mais um de uma série seqüencial, onde o Governo do Estado faz o papel do “menino da porteira”, abrindo a porteira - apressadamente, desesperadamente - para tentar mostrar serviço ao Presidente da República.

Por isso, voto contra e gostaria que a bancada do PSDB não fugisse do Plenário, não se ausentasse desta discussão. A Oposição, como a Situação, foi convocada para o debate e nós estamos aqui no debate, preparados para debater, mas eu não vejo um único Deputado do PSDB vir a essa tribuna defender essa proposta.

Eu quero debater! Eu quero que alguém diga para mim que defende o desconto de 11% para quem trabalhou durante 40 anos e pagou IPEMAT, recebendo míseros serviços de baixa qualidade e de pouca quantidade. Eu quero debater aqui com os Deputados do PSDB, para que me provem, nesta Casa, que é necessário arrumar a “Casa”, arrancando dos poucos salários, às custas de velhinhos e velhinhas que suaram na vida até lágrimas de sangue para construir este Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

A “Casa” não vai ser arrumada nas costas de anciões, de velhos, muitos aleijados e deficientes. Não! A “Casa” tem que ser arrumada com a coragem de enfrentar o Presidente e buscar renegociar a dívida do Estado. Diminuir o custo da máquina estatal. Diminuir o preço das obras, que muitas vezes são superfaturadas. Combater a sonegação. Qualificar o Grupo TAF. Motivar o Grupo TAF a aumentar a arrecadação do Estado. Gerar empregos. Trazer empresas e promover uma política fiscal atrativa, e não o inverso.

Por isso, Sr. Presidente, nós, ao deixarmos a tribuna, conclamamos a Bancada do PSDB para que saia dos corredores e venha para suas Bancadas. Venha à tribuna debater com a Oposição essa matéria concernente ao IPEMAT.

Não precisariam estar aqui para discutir sobre IPEMAT o Secretário Pepeu e nem o Maurício Magalhães, porque eles sabem muito pouco ou quase nada sobre isso. Eles apenas cumprem ordem dos seus superiores em busca de manter os seus empregos de Secretários de Estado, que é um cargo realmente ímpar. Eles fazem qualquer coisa, porque são “paus-mandados”. Eles não têm idealismo. Eles vão estar aqui com todos os argumentos técnicos e convincentes para quererem que esta Casa aprove uma Mensagem extremamente traidora aos velhos, às velhas, aos idosos, e às pensionistas de muitos que tomaram em combate.

Esta Casa, com certeza, colegas Deputados, não se curvará ao interesse econômico! Não se curvará em momento algum aos interesses do Governo que aí está! Reconhecemos a sua legitimidade! Foi eleito pelo voto popular! Tem que ser respeitado! Mas vai ser combatido todas às vezes que apresentar propostas que não venham ao encontro dos interesses da sociedade estadual.

Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Deputado Humberto Bosaipo e a Deputada Serys Shessarenko que nos cederam os seus espaços para que pudéssemos expor, mais uma vez, nesta Casa, o nosso pensamento contrário à Mensagem nº 34, que, na nossa concepção, é uma fachada, é uma punhalada pelas costas nos velhos, nos idosos que, ao longo de suas vidas, contribuíram mês a mês para a construção, a consolidação do IPEMAT e que agora com o Governo reeleito se vêem no desespero de perderam 11%, 12%, 13%, 14% e alguns até 15% de todos os seus rendimentos. Muito obrigado (PALMAS).

O Sr. Nico Baracat - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não podemos aqui fazer uma injustiça contra o Líder do Governo, Deputado Ricarte de Freitas, em virtude dos lapsos ou dos erros ou do equívoco que o Governo do Estado cometeu, ou proposital ou inconsciente ou de má-fé, com relação à questão do ICMS, com relação ao Artigo 17, Inciso XII.

Hoje à tarde, o Deputado Ricarte de Freitas, na Comissão de Constituição e Justiça, colocou a mim e ao Deputado Benedito Pinto que estaria agora tratando dessa questão junto ao Governo, para que amanhã pudesse fazer as retificações nessa Mensagem e pudesse encaminhar para a Assembléia uma outra Mensagem que diz respeito também ao ICMS.

Não podíamos deixar de registrar, porque seria covardia da nossa parte, isso que o Deputado Ricarte de Freitas, Líder do Governo, nos colocou na Comissão, informando que estaria ausente na Sessão de agora à tarde e estará presente na Sessão da noite.

Era só, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Nós queremos, de antemão, informar aos Srs. Deputados que, de acordo com o nosso Regimento Interno, toda e qualquer matéria do Governo que tramite em regime de urgência dispõe de 45 dias, a contar da leitura do Expediente, para ser apreciada.

Portanto, apenas para informar à Deputada Serys Slhessarenko, quando se fala dessa matéria especificamente, não só essa, mas temos muitas outras matérias. A Presidência tem procurado colocar na Ordem do Dia as matérias de acordo com as decisões do Colégio de Líderes.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Indago a V. Ex^a se a normatização do Regimento Interno vai ser aplicada à Mensagem n^o 34.

O SR. PRESIDENTE - O Deputado Humberto Bosaipo me pergunta se...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Se V. Ex^a vai aplicar o Regimento Interno à Mensagem n^o 34, que está em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE - Com certeza, Deputado Humberto Bosaipo!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Então, certamente, nós vamos votar essa matéria em março, ou, possivelmente, em abril.

Indago se V. Ex^a vai colocar o Requerimento de tramitação em regime de urgência urgentíssima na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - Com certeza, Deputado Humberto Bosaipo!

Agora, quero também informar ao Deputado Humberto Bosaipo, que me pergunta se nós vamos aplicar o Regimento Interno, que são 45 dias quando se trata de matéria em regime de urgência.

Portanto, nós fomos convocados por 30 dias, naturalmente que os 30 dias não seriam suficientes para apreciar a matéria, porém o Regimento Interno nos obriga a 45 dias para colocar em votação.

Informamos que na Ordem do Dia, na Pauta da Convocação, Deputada Serys Slhessarenko, constam as Mensagens n^{os} 14/98, 22/98, 34/98, 36/98, 37/98, 41/98 e 42/98. Na Ordem do Dia, apenas o Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando tramitação em regime de urgência urgentíssima ao Projeto de Lei Complementar n^o 07/98, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a contribuição para o custeio da Previdência Social dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Em votação o Requerimento...

O Sr. Novelli - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Novelli.

O SR. NOVELLI - Sr. Presidente, solicito a verificação de *quorum* para a votação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1^o secretário que proceda à devida verificação de *quorum*...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Antes, eu devo cumprir a Questão de Ordem, do nobre Deputado Novelli...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - O Sr. 1º Secretário, Deputado Benedito Pinto, está fazendo a verificação de *quorum*, em seguida concederei a palavra a V. Exª.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Encontram-se doze Srs. Deputados em Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Não há *quorum* para deliberação.

Concedo a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu gostaria que V. Exª nominasse os Srs. Deputados que se encontram presentes no plenário, até porque o Regimento Interno exige que assim se faça na verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE - Presentes os Srs. Deputados: Riva, Eliene, Novelli, Nico Baracat, Serys Shlessarenko, Wilson Santos, Batico de Barros, Emanuel Pinheiro, Lincoln Saggin, Humberto Bosaipo e Benedito Pinto. Após a verificação de *quorum* chegaram os Srs. Deputados Pedro Satélite e Paulo Moura.

Passemos às Explicações Pessoais...

O Sr. Wilson Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Sr. Presidente:

Não quero questionar o Deputado Benedito Pinto na contagem, embora eu tenha contado quatorze Srs. Deputados, mas como já foi efetuado, é fato passado.

Quero apenas explicar que a Bancada de Oposição precisa, mais do que nunca, estar presente em todas as Sessões, sob pena de, por um lapso da Bancada, vermos essa matéria ser aprovada. Se a Bancada de Oposição permanecer unida como está, Mato Grosso não será o primeiro Estado a trair a terceira idade deste País.

É preciso que a Oposição possa estar - como esteve hoje aqui - completa, articulada na Sessão de logo mais às 20:00 horas, amanhã às 16:00 e às 20:00 horas, até o dia 17, quando encerra-se o período de Convocação Extraordinária.

Caso o Governador aceite reconvocar a Assembléia Legislativa, nós estamos aptos para ser reconvocados, prontos para ser reconvocados. A Oposição não fugirá do debate e nem está preocupado em passar férias no litoral, ou coisa parecida. Nós temos que ter a lucidez de que a nossa unidade vai garantir a derrota da Mensagem nº 34.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de participar, ativamente, dessa votação porque não quero deixar o meu Estado de Mato Grosso para assumir uma outra responsabilidade, levando notícia para Brasília de que aqui em Mato Grosso fizeram primeiro o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso queria fazer em Brasília. Eu não voto aqui e não voto em Brasília, sou voto contrário a essa matéria aqui do Governo do Estado, sou voto contrário também em Brasília. Vou votar com as Bancadas de Oposição ou por ninguém, mas pelo menos um voto vai existir em Brasília contra a proposta do Governo Federal em definir uma alíquota de desconto sobre os vencimentos dos aposentados, inativos do serviço público. Não posso aceitar, não admito!

Quero dizer à Bancada do PSDB, Governista, que a manobra utilizada, aqui, agora à tarde, para evacuar o plenário, é a manobra de quem tem culpa no cartório, de quem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO
DIA 06 DE JANEIRO DE 1999, ÀS 16:00 HORAS.

tem medo de vir para o voto, porque tem medo da derrota. Ao evacuar o plenário não viabilizando *quorum* para votação, a Bancada Governista torna-se ré confessa de que está advogando uma causa perdida, uma batalha inglória, uma luta contra a maioria desses velhinhos e velhinhas que no dia 04 de outubro votaram em Dante de Oliveira, reelegendo-o ao Governo do Estado. Oxalá eles tivessem uma bola de cristal para adivinhar que, no dia 06 de janeiro de 1999, o mesmo Governo que eles ajudaram a reeleger iria querer aprovar um desconto que para alguns chega, meu amigo Silvino Monteiro, a quase 15%.

E que você, Silvino, e tantos líderes que aí estão façam as suas marmitas, os seus lanches e venham para cá. Mobilizem-se, tragam os aposentados e pensionistas para lotar as galerias, os corredores desta Casa, a Praça Pascoal Moreira Cabral, oxalá toda essa área central, para marcar presença e pedir a cada Deputado que não traia a terceira idade, votando a favor da imposição deste imposto.

Vou ficar atento ao papel das Lideranças. Vou acompanhar o papel importante das Lideranças para que nós possamos juntos vencer mais esta batalha contra um adversário que, infelizmente, durante a campanha disse que a “Casa” estava arrumada. A “Casa” não estava arrumada e não vão arrumá-la nas costas da terceira idade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Benedito Pinto, Emanuel Pinheiro, Lincoln Saggin, Humberto Bosaipo e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Chico Daltro, Novelli e Riva; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, José Lacerda, Pedro Satélite, Baticó de Barros e Wilson Santos; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Paulo Moura; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Shessarenko.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Romoaldo Júnior, do PFL; Roberto Nunes, Luiz Soares, Rene Barbour e Ricarte de Freitas, do PSDB; Zilda, do PDT.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta